



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SES/SUBGF-SILC-DLOG-CGCL - Coordenação de Gestão de Contratos de Logística

v2.2025.01

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

DATA	ÓRGÃO/ENTIDADE SOLICITANTE	NÚMERO DA UNIDADE DE COMPRA
06/07/2026	Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais	1321127

SUMÁRIO

- 1 - OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO
- 2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
- 3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
- 4 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
- 5 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
- 6 - PROCEDIMENTO DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO
- 7 - MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO
- 8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
- 9 - HABILITAÇÃO
- 10 - OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES
- 11 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação da prestação de serviços de locação de equipamentos para movimentação e elevação de carga, sem dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste documento.

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO CATMAS	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	1	113530	LOCACAO DE EMPILHADEIRA RETRATIL, ATE 10 METROS DE ELEVACAO, CAPACIDADE 2.000 KG,	EMPILHADEIRA EM ACO CARBONO, OPERADOR SENTADO A BORDO. CAPACIDADE DE CARGA: 2.000 KG. ELEVACAO MAXIMA: 10.000 MM. LARGURA EXTERNA DO GARFO AJUSTAVEL ATE 650 MM LARGURA EXTERNA DA PATOLA 1.262 MM. CORREDOR OPERACIONAL 2800 MM	1,00 UNIDADE	1
1	2	113549	LOCACAO DE EMPILHADEIRA TRACIONARIA, ATE 4,5 METROS DE ELEVACAO, CAPACIDADE CARGA 1600KG	EMPILHADEIRA COM SISTEMA TRACAO ELETRICO COM OPERADOR A PE, LARGURA 850 MM, LARGURA EXTERNA DO GARFO 680MM, RODA DE APOIO E RODA DE CARGA EM POLIURETANO, RODA DE TRACAO EM BORRACHA E RODA DE TRACAO EM POLIURETANO.	1,00 UNIDADE	1

1.2. Caracterização do Objeto:

1.2.1. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

CÓD. DO ITEM NO CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	QUANTIDADE A SER CONTRATADA
113530	EMPILHADEIRA EM ACO CARBONO, OPERADOR SENTADO A BORDO. CAPACIDADE DE CARGA: 2.000 KG. ELEVACAO MAXIMA: 10.000 MM. LARGURA EXTERNA DO GARFO AJUSTAVEL ATE 650 MM LARGURA EXTERNA DA PATOLA 1.262 MM. CORREDOR OPERACIONAL 2800 MM	3 Unidades
113549	EMPILHADEIRA COM SISTEMA TRACAO ELETRICO COM OPERADOR A PE, LARGURA 850 MM, LARGURA EXTERNA DO GARFO 680MM, RODA DE APOIO E RODA DE CARGA EM POLIURETANO, RODA DE TRACAO EM BORRACHA E RODA DE TRACAO EM POLIURETANO.	2 Unidades

1.3. Lotes Exclusivos para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:

1.3.1. A participação na presente licitação é aberta a todos (sem exclusividade ou reserva de lotes para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e equiparados aos benefícios do Decreto nº 47.437, de 2018 e Lei Complementar nº 123, de 2006).

1.4. Da Contratação:

1.4.1. O prazo de vigência da contratação é de 24 (Vinte e quatro) meses contado do primeiro dia útil subsequente à divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), prorrogável por até no máximo de 10 anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.4.1.1. A presente prestação de serviço é enquadrada como continuada, sendo a vigência plurianual mais vantajosa para a Administração.

1.4.2. O contrato (ou outro instrumento que o substitua) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. Descrição da Solução:

1.5.3. A solução proposta consiste na **contratação de serviço de locação de equipamentos para movimentação e elevação de cargas**, com a finalidade de atender às demandas operacionais do Almoxarifado Central e da Rede de Frio da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais.

Sob a perspectiva sistêmica, a solução compreende o conjunto integrado de bens e serviços necessários ao adequado funcionamento das operações, devendo contemplar, no mínimo, os seguintes componentes:

a) Disponibilização de equipamentos compatíveis com a operação logística

Os equipamentos disponibilizados deverão ser adequados às características operacionais do Almoxarifado Central e da Rede de Frio, incluindo capacidade de movimentação de cargas, altura de elevação, dimensões operacionais e compatibilidade com o layout físico, especialmente no que se refere à largura de corredores e estruturas de armazenagem.

Deverão ser contempladas, no mínimo, soluções que atendam a diferentes perfis de operação, incluindo:

- Equipamentos aptos à **movimentação e elevação de cargas em grandes alturas**, compatíveis com estruturas de armazenagem elevadas, com capacidade operacional semelhante a equipamentos que atingem aproximadamente **10 metros de elevação** e movimentam cargas da ordem de **até 2.000 kg**, com operação embarcada;

Especificações Técnicas:	3 Unidades	Composição principal: aço carbono.
		Tipo da roda: simples.
		Material da roda: poliuretano.
		Posição do operador: sentado a bordo.
		Capacidade de carga: 2.000 kg.
		Elevação máxima: 10.000 mm.
		Largura externa do garfo: ajustável até 650 mm.
		Largura externa da patola: 1.262 mm.
		Corredor operacional: 2.800 mm.

- Equipamentos voltados à **movimentação em níveis intermediários e apoio às atividades operacionais**, compatíveis com elevação em torno de **4,5 metros** e capacidade aproximada de **até 1.600 kg**, com operação a pé, adequados a áreas com maior restrição de espaço e maior dinamismo operacional.

Especificações Técnicas:	2 Unidades	Altura de Elevação: 4500 mm
		Capacidade de carga (Kg): 1600
		Largura (mm): 850
		Largura Externa do Garfo (mm): 680
		Roda de apoio Poliuretano
		Roda de carga Poliuretano
		Roda de tração borracha
		Roda de tração Poliuretano
		Sistema de Tração: Elétrico, c/ operador a pé

As especificações acima devem ser compreendidas como **parâmetros referenciais de desempenho**, admitindo-se soluções equivalentes ou superiores que atendam às necessidades da Administração.

b) Adequação ao ambiente físico e operacional

Os equipamentos deverão ser compatíveis com o ambiente de utilização, incluindo dimensões dos corredores operacionais, características do piso, layout do almoxarifado e exigências específicas da Rede de Frio, assegurando plena capacidade de operação sem necessidade de adaptações estruturais relevantes.

No Almoxarifado Central, a operação ocorre em galpão com área útil de 11.125,98 m², com piso industrial de alta resistência, dotado de estruturas de armazenagem com altura aproximada de 9 metros e corredores operacionais com largura média de 3 metros, exigindo equipamentos aptos à circulação segura e à adequada movimentação vertical e horizontal de cargas.

No galpão da Rede de Frio, por sua vez, a operação demanda compatibilidade com piso industrial de alta resistência, corredores operacionais de aproximadamente 2,5 metros e movimentação de cargas em altura operacional compatível com estruturas de até 4,5 metros, considerando as especificidades do armazenamento e da distribuição de insumos termolábeis.

c) Manutenção preventiva e corretiva

A solução deverá contemplar a realização de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, sempre que necessário, de forma a garantir sua disponibilidade e adequado funcionamento durante toda a vigência contratual.

Deverá ser assegurado o atendimento em prazos compatíveis com a criticidade da operação, bem como a substituição de equipamentos em caso de indisponibilidade prolongada, evitando interrupções nas atividades logísticas.

d) Garantia de disponibilidade operacional

A solução deverá assegurar níveis adequados de disponibilidade dos equipamentos, de modo a não comprometer o fluxo logístico e o abastecimento das unidades de saúde.

e) Suporte técnico e operacional

Deverá ser disponibilizado suporte técnico necessário à operação dos equipamentos, incluindo orientações quanto ao uso adequado, quando aplicável, de modo a garantir segurança e eficiência nas atividades.

f) Segurança operacional

Os equipamentos deverão atender às normas aplicáveis de segurança, proporcionando condições adequadas de uso, com vistas à proteção dos operadores e à integridade dos materiais movimentados.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.6. A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade contínua da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais – SES/MG relacionada à movimentação e elevação de cargas no âmbito do Almoxarifado Central e da Rede de Frio, atividades essenciais para a adequada execução das operações logísticas de recebimento, armazenamento, organização, separação, fracionamento, carregamento, descarregamento e expedição de medicamentos, vacinas, produtos correlatos e demais insumos destinados ao abastecimento das unidades de saúde em todo o território estadual.

A contratação fundamenta-se nos estudos técnicos preliminares elaborados para a presente demanda, nos quais foi identificada a imprescindibilidade da utilização de equipamentos mecanizados para garantir a continuidade, eficiência e segurança das atividades logísticas desenvolvidas pela SES/MG. O diagnóstico realizado evidenciou elevado volume de cargas movimentadas, tanto nas operações internas quanto nas atividades de distribuição, demonstrando a necessidade de estrutura operacional compatível com a complexidade e a criticidade da cadeia logística institucional.

Nesse contexto, a solução proposta consiste na contratação de prestação de serviços de locação de equipamentos para movimentação e elevação de cargas, contemplando o fornecimento de 05 (cinco) empilhadeiras, sendo 04 (quatro) destinadas ao Almoxarifado Central e 01 (uma) destinada à Rede de Frio, quantitativo considerado adequado às necessidades operacionais atualmente verificadas.

No Almoxarifado Central, os equipamentos serão empregados em operações relacionadas ao armazenamento vertical em estruturas elevadas, movimentação interna de pallets, abastecimento das áreas de separação, organização dos estoques e apoio às atividades de carregamento e descarregamento de veículos de transporte. Na Rede de Frio, o equipamento será utilizado nas atividades de recebimento, armazenagem, separação e distribuição de insumos termossensíveis destinados aos municípios do Estado de Minas Gerais.

A contratação mostra-se necessária em razão da impossibilidade prática de execução das atividades de movimentação de cargas exclusivamente por meios manuais, considerando o peso, volume e altura das estruturas de armazenagem utilizadas na operação logística da SES/MG. Ademais, a utilização de equipamentos apropriados reduz riscos operacionais, minimiza a ocorrência de acidentes de trabalho, contribui para a preservação da integridade dos materiais movimentados e proporciona melhores condições ergonômicas aos trabalhadores envolvidos nas atividades.

Como benefícios diretos da contratação, destacam-se o aumento da eficiência operacional, a maior agilidade na movimentação e organização das cargas, a redução do tempo de processamento logístico, a otimização dos espaços de armazenagem e a continuidade do abastecimento das unidades de saúde. Indiretamente, a solução contribui para a redução de perdas e avarias, mitigação de riscos ocupacionais, melhoria da rastreabilidade dos estoques e fortalecimento da capacidade institucional de atendimento das políticas públicas de saúde.

Ressalta-se, ainda, que a ausência da contratação poderá ocasionar severos impactos à operação logística da SES/MG, incluindo atrasos no recebimento e distribuição de insumos, comprometimento do abastecimento das unidades de saúde, aumento de riscos de acidentes de trabalho, perdas de materiais e prejuízos à execução de programas estratégicos da assistência farmacêutica e imunização.

Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se necessária e adequada para assegurar a continuidade das atividades logísticas da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, atendendo ao interesse público e aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e economicidade previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.7. **Da Participação de Consórcios:**

3.7.4. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do objeto da presente contratação, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de prestar o serviço de forma independente.

3.8. **Da Participação de Cooperativa:**

3.8.5. Será permitida a participação de sociedades cooperativas, nos termos do art. 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

3.9. **Da Subcontratação:**

3.9.6. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual, em razão da baixa complexidade do objeto da presente contratação.

3.10. **Da Sustentabilidade:**

3.10.7. Devem ser observados os seguintes critérios e práticas de sustentabilidade:

3.10.7.1. A contratada terá a responsabilidade de descartar, corretamente, os materiais inúteis, decorrentes da manutenção dos equipamentos, em locais apropriados, seguindo a Lei Federal 12.305, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

3.11. **Da Indicação de Marcas ou Modelos:**

3.11.8. Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação.

3.12. **Da Vedação de Utilização de Marca ou Modelo:**

3.12.9. Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.

3.13. **Da Exigência de Carta de Solidariedade:**

3.13.10. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

3.14. **Da Garantia da Contratação:**

3.14.11. Não será exigida garantia da contratação para este objeto.

3.15. **Condições e Especificações da Garantia do Serviço:**

3.15.12. Será aplicada ao serviço somente a garantia legal estabelecida pelo art. 26, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC).

3.16. **Da Vistoria:**

3.16.13. Não há necessidade de realização de vistoria prévia ao local de execução dos serviços.

4. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

4.17. **Do Prazo e das Condições da Prestação do Serviço:**

4.17.14. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

4.17.14.2. Início da execução do objeto: 2 (dois) dias úteis após o recebimento da ordem de serviço ou documento equivalente pela contratada, com a efetiva disponibilização dos equipamentos em condições de uso.

4.17.14.3. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

a) Periodicidade: Os equipamentos estarão disponíveis nos locais indicados durante toda à vigência do contrato.

4.18. **Do Local e Horário da Prestação do Serviço:**

4.18.15. Os serviços deverão ser prestados nos seguintes endereços: Almoxarifado Central da Secretaria de Estado da Saúde - Avenida Simão Antônio, 149 - Bairro Cincão - Contagem/MG, no horário de 08:00 às 16:00 e Rede de Frio - Rua Governador Mineiro, nº 40, bairro Gameleira, Belo Horizonte/MG, no horário de 08:00 às 16:00.

4.19. **Dos Materiais a Serem Disponibilizados:**

4.19.16. Não será necessário disponibilizar materiais de consumo e de uso duradouro.

4.20. **Do Regime de Execução:**

4.20.17. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

A contratação será executada sob o regime de **empreitada por preço global**, considerando que o objeto possui características e quantitativos previamente definidos, permitindo a elaboração de propostas com base em critérios objetivos e adequadamente especificados no Termo de Referência.

A solução contempla quantitativo certo de equipamentos, requisitos operacionais previamente estabelecidos e condições de execução suficientemente delimitadas, não havendo necessidade de medições variáveis por unidade executada. Assim, o regime adotado mostra-se mais adequado por

proporcionar maior previsibilidade dos custos, simplificação da gestão contratual e melhor controle da execução, em conformidade com o entendimento do Tribunal de Contas da União constante do Acórdão nº 1978/2013 – Plenário.

5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.21. Do Recebimento:

5.21.18. Os serviços prestados serão recebidos provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

5.21.18.4. Salvo disposição em contrário no contrato, em ato normativo ou neste Termo de Referência, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do Contratado.

5.21.19. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

5.21.20. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

5.21.21. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

5.21.22. Os serviços prestados serão recebidos definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo(s) detalhado(s) que comprove(m) o atendimento das exigências contratuais, no prazo de até 2(dois) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório.

5.21.23. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.21.24. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.21.25. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, notificando o Contratado para emissão de nota fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.21.26. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.21.27. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do Contratado pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.22. Da Liquidação:

5.22.28. A Liquidação será efetuada no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados da data do recebimento definitivo do serviço e respectivo aceite do Contratante.

5.22.29. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.22.29.5. O vencimento;

5.22.29.6. A data da emissão;

5.22.29.7. Os dados do contrato e do órgão Contratante;

5.22.29.8. O período respectivo de execução do objeto;

5.22.29.9. O valor a pagar; e

5.22.29.10. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.22.30. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

5.22.31. A nota fiscal, ou o instrumento de cobrança equivalente, deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.23. Do Pagamento:

5.23.32. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o Contratado indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final da liquidação a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.

5.23.32.11. A Administração deve observar a ordem cronológica nos pagamentos, conforme disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.23.33. No caso de atraso pelo Contratante, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do IPCA.

5.23.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.23.34.12. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.23.35. O Contratado deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos neste documento durante toda a contratação.

5.23.35.13. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista do Contratado não impedem o pagamento, se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento do Contratado e rescisão contratual.

5.23.36. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.23.37. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

5.23.37.14. Não produziu os resultados acordados;

5.23.37.15. Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

5.23.37.16. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6. **PROCEDIMENTO DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO**

6.24. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

7. **MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

7.25. **Regras Gerais:**

7.25.38. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da referida Lei, e artigos 15 e 16 do Decreto nº 48.587, de 17 de março de 2023.

7.25.39. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.25.40. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.25.41. Após a assinatura do contrato ou retirada/aceitabilidade de instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.25.42. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e art. 14 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.25.43. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.

7.26. Da Fiscalização do Contrato:

7.26.44. O fiscal do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências, nos termos do inciso I do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.26.45. O fiscal do contrato anotarará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com o § 1º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e nos termos do inciso II do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.26.46. O fiscal do contrato emitirá notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção, nos termos do inciso III do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.26.47. O fiscal do contrato informará a seus superiores e ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme § 2º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso IV do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.26.48. O fiscal do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas, nos termos do inciso V, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.26.49. O fiscal do contrato fiscalizará a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato, nos termos do inciso VI, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.26.50. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, nos termos do inciso VII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.26.51. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VIII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.26.52. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

7.27. Da Gestão do Contrato:

7.27.53. O gestor do contrato orientará os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições, nos termos do inciso I, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.27.54. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, nos termos do inciso II, do art.

15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.27.55. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, nos termos do inciso III, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.27.56. O gestor do contrato coordenará a autuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, nos termos do inciso IV, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.27.57. O gestor do contrato coordenará os atos preparatórios relativos à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais, nos termos do inciso V, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.27.58. O gestor do contrato realizará o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VI, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.27.59. O gestor do contrato elaborará o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nos termos do inciso VII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.27.60. O gestor do contrato tomará as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso, nos termos do inciso VIII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.28. **Do Preposto:**

7.28.61. Não será necessária a designação de preposto pelo Contratado.

8. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

8.29. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento na modalidade pregão, conforme art. 28 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, conforme art. 33, da referida Lei Federal.

8.29.62. O fornecedor somente poderá oferecer lance de valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado, observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances.

8.29.63. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 127,56 (cento e vinte e sete reais e cinquenta e seis centavos).

8.30. **Dos Critérios da Aceitabilidade da Proposta:**

8.30.64. A proposta terá validade de 90 (noventa) dias corridos contados da data de sua apresentação.

8.31. **Da Prova de Conceito (PoC):**

8.31.65. Não será exigida a apresentação de prova de conceito nesta contratação.

9. **HABILITAÇÃO**

9.32. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.32.66. **Habilitação Jurídica:**

9.32.66.17. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.32.66.18. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.32.66.19. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.32.66.20. Sociedade empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.32.66.21. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.32.66.22. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.32.66.23. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.32.66.24. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

9.32.66.25. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar – PRONAF-DAP, nos termos do art. 16 do Decreto nº 46.712, de 29 de janeiro de 2015;

9.32.66.26. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);

9.32.66.27. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.32.67. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

9.32.67.28. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

9.32.67.29. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.32.67.30. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

I - A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.

II - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais referentes ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.32.67.31. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

9.32.67.32. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.32.67.33. Comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

9.32.68. Qualificação Econômico-Financeira:

9.32.68.34. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida nos últimos 06 (seis) meses.

9.32.69. Qualificação técnico-operacional e técnico-profissional:

9.32.69.35. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta contratação.

III - A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.32.69.36. Para o lote único deverá ser apresentada comprovação de aptidão para a prestação de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso, bem como

documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, atendendo ao quantitativo mínimo de 1 (uma) empilhadeira de qualquer item apresentada no subitem 1.1 do Termo de Referência, conforme §§ 2º e 5º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

IV - Para atendimento do quantitativo indicado acima, é admitido o somatório de diferentes atestados, podendo ser de períodos concomitantes, desde que compatíveis com as características do objeto da licitação.

V - Os atestados deverão conter:

- a) Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, contato);
- b) Local e data de emissão;
- c) Nome, cargo, contato e a assinatura do responsável pela veracidade das informações;
- d) Período da execução da atividade e quantitativo do objeto fornecido.

VI - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

VII - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.32.69.37. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.32.69.38. Em caso de apresentação de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual o fornecedor tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

VIII - Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, cujas empresas possuem objeto social similar, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio;

IX - Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, cujas empresas possuem objeto social diverso, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação;

X - Na hipótese do item 9.1.4.4, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

9.32.70. **Declaração:**

9.32.70.39. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei nos termos do art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.32.70.40. Caso o licitante não cumpra os requisitos exigidos em sede de declaração, deverá apresentar justificativa e documentos comprobatórios dos fatos alegados, para fins de análise da Administração.

9.32.71. Habilitação de Cooperativas:

9.32.71.41. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- XI - A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- XII - A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- XIII - A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- XIV - O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- XV - A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- XVI - A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- XVII - Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: i) ata de fundação; ii) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; iii) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; iv) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; v) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e vi) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação.

10. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES**10.33. Do Contratante:**

- 10.33.72. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o presente Termo de Referência, o contrato ou documento que o substitua e seus anexos.
- 10.33.73. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 10.33.74. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto prestado, para que seja por ele reparado, corrigido, removido, reconstruído ou substituído, no total ou em parte, às suas expensas.
- 10.33.75. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, atestar nas notas fiscais/faturas da efetiva prestação do serviço, objeto deste Termo de Referência.
- 10.33.76. Rejeitar, no todo ou em parte os serviços prestados, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado.
- 10.33.77. Comunicar o Contratado para emissão de nota fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

- 10.33.78. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição do objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 10.33.79. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à parcela do serviço prestado, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência.
- 10.33.80. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado durante a execução do contrato ou documento que o substitua.
- 10.33.81. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 10.33.81.42. A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar da data do protocolo do requerimento, tratado no item 10.1.10, para decidir e admitir a prorrogação motivada por igual período, conforme art. 123, Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.33.82. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.
- 10.33.83. Aplicar ao Contratado as sanções legais e regulamentares.
- 10.33.84. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.
- 10.33.85. Disponibilizar local adequado para a realização do serviço.
- 10.33.86. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 10.34. **Do Contratado:**
- 10.34.87. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 10.34.88. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 1990.
- 10.34.89. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 10.34.90. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso III, art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 10.34.91. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, de imediato ou no máximo em 12 horas após comunicação do contratante, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais nela empregados.
- 10.34.92. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 10.34.93. Arcar com os descontos nos pagamentos ou garantia, se for o caso, do valor correspondente aos danos sofridos, devidamente comprovados.

- 10.34.94. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.34.95. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;
- 10.34.96. Responsabilizar-se pela garantia dos materiais empregados nos serviços prestados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste Termo de Referência.
- 10.34.97. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- 10.34.98. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto do contrato.
- 10.34.99. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.34.100. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.34.100.43. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.34.101. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 10.34.102. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea “d”, art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.34.103. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.
- 10.34.104. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste documento, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 10.34.105. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do objeto contratado.
- 10.34.106. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 10.34.107. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 10.34.108. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.35. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o Contratado ou o licitante que:

11.35.109. Der causa à inexecução parcial da contratação;

11.35.110. Der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.35.111. Der causa à inexecução total da contratação;

11.35.112. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.35.113. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.35.114. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.35.115. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.35.116. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação e a execução do contrato;

11.35.117. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;

11.35.118. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.35.119. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.35.120. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

11.36. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.36.121. **Advertência** - quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 2º, art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

11.36.122. **Impedimento de licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.2 a 11.1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 4º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

11.36.123. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos subitens 11.1.2 a 11.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 5º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

11.36.124. **Multa:**

11.36.124.44. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

11.37. As sanções previstas nos subitens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme disposto no § 7º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

- 11.38. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme § 8º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.39. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme disposto no § 9º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.40. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme disposto no art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.41. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.42. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.43. Em observância ao disposto no § 1º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.43.125. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 11.43.126. As peculiaridades do caso concreto;
 - 11.43.127. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 11.43.128. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 11.43.129. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.44. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei de Licitações.
- 11.45. A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste documento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme disposto no art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.46. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme art. 161, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.47. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.48. Os débitos do Contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. **ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

12.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público após o julgamento das propostas.

13. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.49. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela Lei nº 25.698, de 14 de janeiro de 2026.

13.49.130. A contratação será atendida pela seguinte dotação: 4291.10.122.705.2500.0001 339039 10.1

13.50. A dotação relativa ao exercício financeiro subsequente será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Mateus Dias Coelho

Masp 1.615.192-0

Responsável pela Elaboração

Laíse Sofia de Macedo Rodrigues

Masp 1.397.461-3

Responsável pela Aprovação



Documento assinado eletronicamente por **Mateus Dias Coelho, Servidor(a) Público(a)**, em 13/07/2026, às 15:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **144369387** e o código CRC **0959C828**.

Referência: Processo nº 1320.01.0037263/2026-63

SEI nº 144369387